



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 11 de março de 2012

<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> Tablets invadem a praça .....	1
ECONOMIA	
<b>AMAZONAS EM TEMPO</b> ZPEs, prenúncios fatais .....	2
ECONOMIA	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Fator de incentivo .....	3
ESPECIAL ZONA FRANCA DE MANAUS	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Fator de incentivo (continuação) .....	4
ESPECIAL ZONA FRANCA DE MANAUS	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Cresce o interesse das empresas em investir na região .....	5
ESPECIAL ZONA FRANCA DE MANAUS	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Esforços para superar os gargalos de infraestrutura .....	6
ESPECIAL ZONA FRANCA DE MANAUS	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Mudança de perfil ocorre a partir de 1975 .....	7
ESPECIAL ZONA FRANCA DE MANAUS	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Eletrônicos fortalecem os negócios .....	8
ESPECIAL ZONA FRANCA DE MANAUS	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Linha de motos atrai fornecedores.....	9
ESPECIAL ZONA FRANCA DE MANAUS	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Química é uma das áreas mais promissoras .....	10
ESPECIAL ZONA FRANCA DE MANAUS	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Elefante branco da floresta tenta conseguir atenção.....	11
ESPECIAL ZONA FRANCA DE MANAUS	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Municípios enfrentam o isolamento.....	12
ESPECIAL ZONA FRANCA DE MANAUS	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Nova ponte e benefícios fiscais devem agitar a pequena Iranduba .....	13
ESPECIAL ZONA FRANCA DE MANAUS	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Zona Franca de Manaus. Tecnologia, desenvolvimento, sustentabilidade.....	14
ESPECIAL ZONA FRANCA DE MANAUS	
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Zona Franca de Manaus. Tecnologia, desenvolvimento, sustentabilidade. (continuação) .....	15
ESPECIAL ZONA FRANCA DE MANAUS	

## Tablets invadem a praça

Projeto do governo do Estado, em parceria com Sest/Senat, irá fornecer uma linha de crédito para que os taxistas da capital adquiram os equipamentos, com foco na aproximação do passageiro às rotas turísticas do Amazonas

**LUANA GOMES**  
Especial EM TEMPO

Com foco na Copa de 2014, a tecnologia vai invadir a "praça" de Manaus. Os usuários de, pelo menos, quatro mil táxis terão na ponta dos dedos as rotas turísticas da capital, a partir dos "mimos" mais recentes do mercado – os tablets. Projeto do governo do Estado recebe os últimos ajustes.

Na tentativa de debater os detalhes da proposta, inspirada em realizações de outros Estados do país, uma reunião deve ser realizada no próximo dia 30, no

auditório do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), conforme a coordenadora do órgão, Márcia Soares. O projeto é desenvolvido por meio da parceria entre o Senat, o Serviço Social do Transporte (Sest) e a Unidade Gestora da Copa (UGP-Copa).

De acordo com a coordenadora do Senat, a ideia é que os aparelhos sejam financiados mediante a qualificação desses profissionais com cursos de línguas e gestão de negócios, a partir de projetos como o "Taxista Nota Dez". Segundo ela, o número de possíveis taxistas que se-

rão incluídos no projeto é o mesmo previsto para qualificação até o Mundial.

O vice-presidente da cooperativa Tucuxi, Silvio Rodrigues Machado, detalha que na primeira reunião sobre a proposta foi exposto um possível projeto-piloto com aproximadamente 400 carros. Machado salienta que os tablets serão posicionados na cabeceira dos bancos traseiros, com sistema GPS, indicando os pontos turísticos da cidade, além de intervalos com programações de eventos diários.

Embora ainda possa ser englobado nos

### PROGRAMAÇÃO

Equipamentos serão posicionados na cabeceira dos bancos traseiros, com sistema GPS, indicando os pontos turísticos da cidade, além de intervalos com programações de eventos diários

próprios tablets, Machado também destaca que foi abordada a iniciativa de liberar um Iphone como instrumento para processamento on-line de cartão de crédito e débito, a partir de

parcerias com a Cielo e empresas de telefonia móvel. Atualmente, o sistema de pagamento não conta com essa facilidade, pois há necessidade de ligar antes para a cooperativa para esse tipo de transação.

O diretor administrativo da cooperativa dos Taxistas Golfinho, Júnior Guimarães, argumenta que a iniciativa representa um grande benefício à classe, já que há uma necessidade de incorporar tecnologias novas ao segmento. Entretanto, ele destaca que o investimento, que deve passar ser realizado a partir da criação de uma linha

de crédito específica, deve vir acompanhado da educação dos taxistas e da própria população.

Guimarães lembra que há uma projeção de instalar serviço de wireless no interior dos carros, para que os clientes possam ter acesso imediato e ilimitado a internet, especialmente quando o número de internautas cresce na capital amazonense.

Por conta da necessidade de qualificação, segundo o diretor da Golfinho, já estão sendo realizadas tentativas para engajar pelo menos 30% dos membros nos cursos proporcionados pelo Sest/Senat.

## ZPEs, prenúncios fatais

### Alfredo MR Lopes

alfredo.lopes@uol.com.br

O Brasil padece a falta de articulação e planejamento estratégico no âmbito do pacto federativo e isso tem sido fator de incremento das desigualdades regionais. Existe no Brasil, em estágios distintos de implantação, algo próximo a três dezenas de áreas de livre comércio com o exterior, denominadas Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), com isenções fiscais e regime aduaneiro e cambial especial para empresas que aí se instalem. Aprovados, quase sempre, ao sabor do fascínio eleitoreiro conjuntural, esses mecanismos bem poderiam organizar-se por polos complementares entre si para assegurar competitividade e resguardar interesses regionais de produção e mercado. Assim, em vez de ameaças e riscos de prejuízos entre as economias setoriais, o planejamento imprimiria a inte-

ligente organização da complementaridade operacional de produção e varejo.

É preciso muita prudência para analisar/criticar esse modelo de desenvolvimento que são as ZPEs, pela sua similaridade pontual com a Zona Franca de Manaus. E muito cuidado, ainda, para acompanhar as mudanças que serão implementadas a partir das discussões que se iniciam neste mês no Senado e Câmara Federal. Aprovada a proposta que aumenta de 20% para 40% do percentual da produção que poderá ser comercializado no mercado interno, os fabricantes chineses de duas rodas instalados em Pernambuco e Bahia, para dar um exemplo, mandam pelos ares o polo de duas rodas da Zona Franca de Manaus. Considerando a logística de transportes desses Estados, a oferta de energia e velocidade

de conexão de banda larga, a derrota do modelo local é de goleada. Os caminhões sobem carregados do Sudeste em direção ao Nordeste e costumam voltar de contêineres vazios, pela escassez industrial da região. Isso seria, literalmente, mão na roda, a rigor, nas duas rondas das ZPEs nordestinas. Duas rodas e TV, com efeito, são os polos que ficaram pra contar a história do esvaziamento do modelo.

E no toma lá dá cá dos acertos políticos, onde as bandadas regionais são numericamente poderosas e operantes, são sombrias as perspectivas. É que, além da exportação e vendas locais de itens tradicionais, similares aos produzidos na ZFM, as mudanças vão alcançar/privilégias as empresas fornecedoras de "serviços" - leia-se tecnologia da informação - instaladas em

ZPEs. O circo já está armado com a Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação (Abrazpe). E de quebra, os acordos vão flexibilizar a regra para evitar que o ato de criação da zona de processamento perca a validade, se as obras não começaram em 24 meses. Pela lei atual número 11.508, de 2007, a ZPE pode ser constituída apenas de empresas que produzam "bens". É a vingança do Piauí, inspirada na revolta do Amapá, pilotada por Sarney, com quem começou a socialização dos benefícios fiscais com o fito essencialmente eleitoral. É importante distinguir o ato político de seu sucedâneo eleitoral, origem da esmagadora maioria das ZPEs. Dar-lhes estatuto de política pública virou compromisso eleitoral dos ministros do Desenvolvimento e da Integração Regional, atolados até o pescoço na

nova modalidade de redução das desigualdades regionais.

Se a revisão proposta no projeto, de acordo com a autora, é essencial para tornar mais "ágil e competitivo" o mecanismo da ZPE - que ficou praticamente parado até o governo Lula - não há dúvida de que os prenúncios fatais dessas mudanças acabam de ser reafirmados pelo viés oportunista de mais uma temporada eleitoral. Contra fatos tão contundentes os argumentos perdem o sentido e o vigor, e nos remetem à prontidão, tanto na arena desfavorável da barganha parlamentar, onde somos tímidos e minoritários, como, principalmente, na imperiosa necessidade de sentar, conversar e agir em torno de uma nova saída e reinvenção, uma boa oportunidade para sacudir a poeira da dependência federal. Que tal?



**Alfredo MR Lopes**  
Filósofo e consultor ambientais

“

*É preciso muita prudência para analisar/criticar esse modelo de desenvolvimento que são as ZPEs, pela sua similaridade pontual com a Zona Franca de Manaus”*

## Fator de incentivo

**A**os 45 anos de vida, a Zona Franca de Manaus, criada para estimular empreendimentos comerciais, industriais e agropecuários na região mais isolada do país, exibe hoje um novo perfil, mais maduro e focado na produção de bens com alto valor agregado, cujos resultados vêm batendo sucessivos recordes. Seu desafio, agora, é equilibrar o peso dos vitoriosos setores da indústria eletrônica e de motocicletas, responsáveis por mais da metade da riqueza produzida nesse polo com regime especial de impostos, incorporando outros segmentos da economia, sobretudo aqueles capazes de explorar o imenso patrimônio biológico da floresta amazônica.

A estimativa é que as cerca de 550 empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) tenham fechado 2011 com faturamento de US\$ 40,6 bilhões, valor quatro vezes maior do que o registrado há dez anos, e um total de 120 mil empregos diretos. Com um investimento consolidado que saltou de US\$ 2,8 bilhões em 2002 para US\$ 10,8 bilhões em 2011, os empresários instalados no PIM enfatizam um dado que acreditam ser vital para a nova imagem da região: recolheram aos cofres públicos R\$ 21,10 bilhões somente em 2011, mais da metade deles relativos a impostos federais.

"Existem muitos mitos a respeito da Zona Franca de Manaus que precisam ser derrubados", afirma o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alessandro Teixeira. Ele se refere à crença de que a região não contribui para os cofres públicos. Presidente do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus, Teixeira participa dos encontros bimestrais que analisam, por vez, cerca de 40 novos projetos para a região. Segundo ele, esse interesse das empresas

**Região busca incorporar novos segmentos da economia, sobretudo os que explorem o imenso patrimônio da floresta. Por Marlene Jaggi e Luiz Maciel, para o Valor, de Manaus**

em implantar novas indústrias, ampliar ou diversificar plantas já existentes é uma prova de que a Zona Franca é um modelo de atividade econômica que impulsiona os negócios e ajuda uma região inteira a se desenvolver.

Com 1,8 milhão de habitantes, pouco mais da metade da população do Estado, Manaus é responsável por um PIB de R\$ 40,4 bilhões, que representa 81% do PIB do Estado (de R\$ 49,6 bilhões). É o sexto município que mais arrecada no país, atrás de São Paulo, Rio, Brasília, Curitiba e Belo Horizonte. O motor dessa pujança é a Zona Franca.

"O Amazonas é o maior Estado brasileiro, com 1,5 milhão de km<sup>2</sup>, mas concentra mais de 80% da atividade no Polo Industrial de Manaus, que ocupa apenas 10 mil km<sup>2</sup>", compara o superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira. Há apenas dois meses no cargo, ele substituiu Flávia Grosso, que pediu exoneração em outubro, em meio a suspeitas de improbidade administrativa.

O maior atrativo são os incenti-

vos fiscais. Quem lá se instala pode comprar insumos no exterior com isenção do Imposto de Importação (II), IPI, PIS/Cofins. Se comprar de outros Estados, não paga IPI, nem PIS/Cofins. Na hora de vender produtos para outros Estados, usufrui de uma redução de 88% no II, tem isenção de IPI e paga uma alíquota diferenciada de PIS/Cofins (0,65% e 3,0%, respectivamente). Se a produção for para o exterior, a isenção é total.

Inicialmente foi esse modelo que atraiu para a região gigantes internacionais como Honda, Gillette, Nokia, Coca-Cola, Siemens, Samsung e empresas nacionais e regionais centradas nos recursos da biodiversidade e na produção de tecnologias de software e telecomunicações como Agropolis, Pharmako, Fabriq, Cupuama e Amazon IT.

"O foco agora é mais amplo", diz Nogueira, referindo-se à instalação de uma cadeia produtiva cada vez mais sólida em vários polos e à vigência, desde 1992, do Processo Produtivo Básico (PPB), que substituiu o Índice de Nacionalização e criou outros critérios para a aprovação de projetos para a ZFM. Todos devem atender a normas da ISO 9000 em até 30 meses, gerar empregos na região e oferecer benefícios aos funcionários, além de entregar anualmente um laudo técnico de auditoria independente e informar investimento em P&D. Cada produto, porém, tem seu próprio PPB, com diferentes etapas a serem cumpridas.

De forma geral, o PPB estabelece que os investidores obtenham níveis crescentes de produtividade e de competitividade; apliquem lucros na região; invistam na capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico e, principalmente, aumentem gradativamente a participação de fornecedores nacionais de insumos.

Esse avanço da cadeia produtiva local acontece de fato no polo

de duas rodas, o segundo maior faturamento do PIM — US\$ 7,6 bilhões, resultado da venda de 2,1 milhões de motocicletas. As empresas lá instaladas alcançaram um índice de nacionalização e regionalização de insumos de 75%, bem maior que a média geral do PIM. No maior polo, o de eletroeletrônicos, que inclui bens de informática e foi responsável por 35,6% do faturamento do PIM no ano passado, a situação é inversa: na média, em 2011, 73,8% dos insumos utilizados foram comprados no exterior. Mas a quantidade de bens produzidos nesse segmento, e sua frenética atualização tecnológica, cumpre à risca um dos principais objetivos da ZFM: a substituição de importações de produtos acabados.

Tais movimentos observados nesses setores indicam uma nova tendência, a da especialização do PIM em produtos eletroeletrônicos, de duas rodas e químicos, observa Alessandro Teixeira, do MDIC. Na terceira categoria, além de extratos para bebidas, ele inclui cosméticos, fitoterápicos e outros produtos à base de recursos naturais — uma evidente vocação local, que pode ser acelerada com a extensão da ZFM para os demais municípios da Região Metropolitana de Manaus e com a ampliação do prazo de vigência do modelo para até 2073, defendida na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) recentemente enviada pela presidente Dilma ao Congresso. "Não é algo para o curto prazo, mas seguramente vai estimular o desenvolvimento da região", diz Teixeira.

Na lista de oportunidades identificadas pela Suframa há potencial ainda para negócios relacionados aos setores naval, madeireiro, papel, vestuário e calçados; produtos alimentícios, editorial e gráfico, têxtil, de minerais não metálicos; de mobiliário; beneficiamento de borracha; ótico e de brinquedos.

O volume atual de produção no PIM mostra bem o peso que a área tem no mercado nacional, grande destino dos bens lá produzidos. Do total faturado, as exportações não chegam a US\$ 1 bilhão. Segundo a Suframa, todos os televisores e aparelhos de áudio fabricados no país são produzidos em Manaus. Mais de um terço dos celulares utilizados pela população brasileira e 40% dos produtos de informática também são feitos no PIM.

Com a recuperação do movimento ao nível de 2008, pré-crise, a ZFM entra no seu 46º ano com a expectativa de superar em pelo menos dois pontos percentuais o crescimento nacional. Poderia avançar mais, se não esbarrasse ainda em problemas estruturais de transporte e energia. Um contêiner pode levar duas semanas para ir de Manaus para São Paulo, fazendo parte da viagem em navio e parte em carreta — no sentido inverso, o desembarque de insumos importados pode atrasar ainda mais a entrega. E, no segundo caso, basta lembrar que cerca de 80% da eletricidade de Manaus vem de custosos geradores a diesel — o restante é suprido pela usina de Balbina.

"O esperado novo porto de Manaus já está licitado e deverá entrar em operação no segundo semestre de 2014, dobrando a capacidade atual dos dois terminais privados que existem na cidade, que é de 400 mil contêineres por ano", informa o secretário de planejamento do Amazonas, Airton Claudino. A obra, orçada em R\$ 400 milhões, se juntará à reforma do porto público de Manaus, prometida para antes da Copa do Mundo, ao custo de R\$ 90 milhões. Já as mudanças na matriz energética vêm sendo feitas gradualmente, com a substituição do diesel pelo gás que vem de Coari nas usinas termelétricas, e a chegada do linhão de Tucuruí, prevista para o ano que vem.

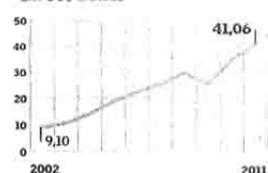
### Fator de incentivo (continuação)

Vista do Porto Chibatão, em Manaus: 550 emp

#### Indicadores do Polo Industrial de Manaus

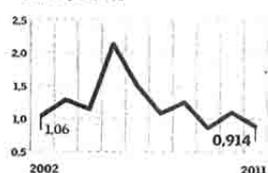
##### Faturamento

Em US\$ bilhões

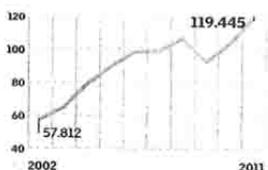


##### Exportações

Em US\$ bilhões

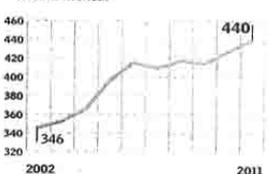


##### Empregos (média mensal) no PIM

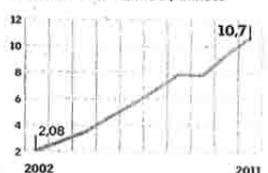


##### Empresas

Média mensal\*

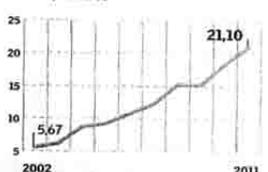


##### Investimentos produtivos consolidados - Em US\$ bilhões



##### Tributos totais arrecadados

Em R\$ bilhões



Fonte: Sistema de Indicadores da Suframa. \* Corresponde à média mensal de empresas informantes do Sistema de Indicadores Industriais, com projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa.

## Cresce o interesse das empresas em investir na região

**Negócios** Em 2011, foram aprovados 231 projetos de novas indústrias ou ampliação das já existentes

**Marlene Jaggi**

Para o **Valor**, de Manaus

O aumento do imposto de importação dos aparelhos de ar condicionado de 20% para 35%, anunciado em setembro, e a perspectiva de elevação do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), também de 20% para 35%, vão inviabilizar a compra dessas máquinas no exterior. Em seis meses, a carga tributária sobre o importado passará de 70% para 110%. Por isso, a Komeco decidiu cruzar o Brasil de Sul a Norte. A empresa catarinense, que trabalha com climatização e pisos e também tem serviços de importação, começa a produzir em junho aparelhos de ar-condicionado na Zona Franca de Manaus.

A mudança prevê um investimento total de R\$ 30 milhões na montagem de uma linha de produção com capacidade inicial de 10 mil aparelhos e a contratação de 200 empregados. "A meta é dobrar esse volume em um ano e, numa outra etapa, fabricar também aquecedores a gás e outros eletrodomésticos com a marca Komeco", diz o presidente da empresa, Denisson Freitas.

A partir de setembro, 70% dos aparelhos disponíveis na rede nacional de distribuição da empresa serão produzidos em Manaus, com um índice de nacionalização de 40%, em lugar dos produtos que até agora comprava de quatro diferentes fornecedores chineses. Na etapa inicial, serão mantidas as importações dos aparelhos mais potentes, que a partir do segundo semestre de 2013 também devem começar a ser feitos na Zona Franca. Os demais negócios do grupo,

que emprega mil pessoas e tem receita anual de R\$ 500 milhões, continuam em Santa Catarina.

Projetos como os da Komeco chegam com frequência à Suframa, que só no ano passado aprovou 231, o que representa sinal verde para investimentos próximos de R\$ 3 bilhões na implantação de novas indústrias, ampliação ou diversificação das já existentes.

Peiteiam autorização para implantação no Polo Industrial de Manaus (PIM) empresas de diversos portes e atividades, como a Imprimam Gráfica, para fabricação de manuais técnicos impressos ou a Ferro Rebelo, para a produção de estruturas de ferro e aço para construção civil, cujos investimentos somados alcançam US\$ 6 bilhões, e gigantes internacionais como a Red Bull, cujo projeto de instalar em Manaus sua segunda unidade de produção mundial foi aprovada em dezembro de 2011 pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas, o Codam.

A fabricante de energéticos vai investir R\$ 194 milhões na implantação de uma linha de produção e R\$ 273 milhões em capital de giro nos primeiros três anos. Seu plano é produzir 64 milhões de litros (ou 256 milhões de latas de 250 ml) no primeiro ano e 85 milhões de litros (340 milhões de latas) no terceiro, empregando 200 trabalhadores diretos e indiretos. "Poderá haver algum excedente para exportação, mas a prioridade é atender ao mercado brasileiro, que está crescendo muito rápido e consumiu 190 milhões de latinhas em 2011", diz o consultor Roderick Castello Branco, que assessorou a empresa na concessão do PPB, o Processo de Produção Básico que autoriza a

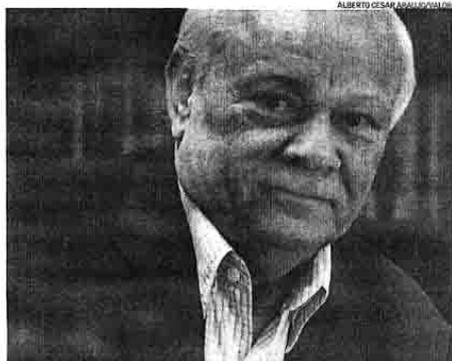
instalação no PIM.

São constantes as visitas recebidas pela Suframa de players internacionais. No início do ano, foi a vez do presidente mundial da Samsung SDI, Sangjin Park, interessado em produzir no PIM baterias de Lithium Ion (íons de lítio) para celulares e notebooks. A sondagem desta divisão da Samsung mundial ainda não presente no Brasil (o grupo opera em Manaus com Samsung Electronics) vem ao encontro de um grande desafio da região: promover o adensamento de cadeias produtivas na ZFM.

É o que a Levorin Pneus (Neotec), conseguirá fazer com seu projeto de produção de 100 mil pneus para motos e 700 mil para bicicletas, dois dos principais produtos do PIM. De acordo com a Suframa, os pneus serão feitos com borracha beneficiada na própria ZFM, mediante um investimento de R\$ 120 milhões e a geração de 800 empregos. A atividade vai utilizar a mão de obra tradicional das famílias de seringueiros.

Outro dado que mostra o dinamismo do PIM é o volume crescente de pedidos de diversificação e ampliação de atividades por parte de empresas que estão na região. Foi assim que a Videolar, que atua nas áreas de mídia digital e petroquímica, lançou nova linha de mídias Blu-ray e passou a produzir tampas para garrafas PET, uma estratégia para ampliar sua atuação na área de transformação de plásticos. Na lista de pedidos de diversificação estão a Magnum, disposta a investir US\$ 27 milhões na fabricação de relógios de pulso, e a Phitronics, que calcula em US\$ 187 milhões o aporte necessário para a fabricação de unidades acionadas de discos magnéticos rígidos. Na área de produção de tablets, a Suframa aprovou projetos da Samsung, Evadin, Procomp, Positivo Informática, Companhia Brasileira de Tecnologia Digital (CBTD), Digibras e Greenworld.

Segundo o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antonio Silva, a atração de novos investimentos depende da segurança jurídica. "Se for aprovada a prorrogação do prazo de existência da ZFM, e a ampliação de sua área para toda a região metropolitana, teremos mais condição de atrair novos e diversificados empreendimentos". Ele lembra que o impacto dessas conquistas será nulo se não houver uma política industrial que assegure vantagens competitivas para os produtos feitos em Manaus.



Antônio Silva, presidente da Fieam: preocupação com a segurança jurídica

## Esforços para superar os gargalos de infraestrutura

**Luiz Maciel**

Para o **Valor**, de Manaus

Nenhuma capital brasileira experimentou um surto de crescimento tão intenso quanto Manaus nos últimos 45 anos. Em 1967, ano de criação da Zona Franca, a cidade possuía 250 mil habitantes, uma universidade, 173 pequenas indústrias e 828 veículos — eram tão poucos que podiam ser contados com exatidão. Hoje, a população local é sete vezes maior, as universidades já são 13, o Polo Industrial de Manaus abriga 600 empresas — algumas delas as maiores do país em seus segmentos — e a frota de automóveis passa dos 400 mil, gerando congestionamentos diários no fim do dia.

Esse salto só foi possível graças ao regime especial de tributação da Zona Franca de Manaus (ZFM), que primeiro atraiu para a cidade o comércio de artigos importados, depois fábricas com baixos índices de nacionalização e finalmente indústrias com verticalização crescente. No meio do caminho, o projeto para estimular o desenvolvimento em uma região tão isolada enfrentou crises e sofreu constantes correções de rumo — mas nunca deixou de colecionar bons resultados. Não fosse a precária infraestrutura local, sobretudo na área de transportes e energia, imagina-se que a ZFM teria crescido mais.

São seis os principais gargalos que emperram os negócios do Polo Industrial de Manaus (PIM), segundo estudo recém-concluído pela Secretaria do Planejamento do Amazonas: o aeroporto acanhado, os portos insuficientes, as estradas praticamente inexistentes, a matriz energética dependente do diesel, a falta de cobertura telefônica e a formação profissional deficiente. “De uma forma ou de outra, esses problemas estão sendo enfrentados pelos governos federal e estadual e pela iniciativa privada. Mas exigem tempo e, de certa forma, são agravados pelo próprio dinamismo do Polo Industrial, que continua se expandindo”, afirma o secretário do planejamento Airton Claudino.

Ele reconhece que algumas ações servirão apenas para aliviar as dificuldades de momento. A ampliação do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, por exemplo, com investimentos de R\$ 415 milhões e conclusão prevista para dezembro de 2013, não inclui a construção de uma segunda pista e terá a capacidade aumentada apenas para 5 milhões de passageiros ao ano, movimento que deverá ser alcançado já em 2015. O aeroporto opera acima da sua capacidade de carga (144 mil toneladas/ano) desde 2010, e estourou o limite de 2,5 milhões de operações de embar-

que e desembarque em 2011. É o terceiro principal aeroporto do país em movimentação de carga, atrás de Guarulhos e Viracopos.

No caso dos portos, o alívio só chegará a partir de meados de 2014, quando Manaus deverá terminar a construção de um terminal público de carga, ao custo de R\$ 400 milhões, a ser operado por meio de concessão a empresa privada. Ele irá se juntar aos dois que existem hoje, o Chibatão e o Superterminais, que são privados, dobrando a capacidade atual de movimentação de 400 mil TEUs (contêineres no padrão de 20 pés). Faz parte do pacote de investimentos para a Copa do Mundo também a recuperação do antigo porto público da cidade, para passageiros e cargas, orçado em R\$ 90 milhões.

Na área da energia a linha de transmissão que vem rasgando a floresta desde a usina de Tucuruí, no Pará, deverá chegar a Manaus no ano que vem, integrando finalmente o Amazonas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Ao cabo de nove anos de obras e investimentos da ordem de R\$ 4 bilhões, o linhão entregará ao Estado 1.500 MW, acima do pico de consumo de Manaus, que foi de 1.160 MW em 2010. Enquanto esse reforço não chega, Manaus segue substituindo o óleo combustível usado nas suas termelétricas pelo gás que chega de Coari.

## Polo vai organizar a indústria naval

De Manaus

Ao mesmo tempo em que procura fortalecer o PIM e resguardar suas empresas da guerra fiscal com outros Estados, o Amazonas articula um novo centro de negócios em Manaus. Trata-se do Polo Naval, cujo projeto deve ser concluído em junho e foi assumido como prioridade pelo governo estadual. “Já encontramos o local ideal para implantá-lo e não queremos perder

mais tempo”, diz o secretário de planejamento, Airton Claudino, para quem a reunião dos estaleiros em um trecho da orla é essencial para retirar o setor da informalidade e oferecer condições de crescimento sustentado.

Hoje, os construtores navais estão espalhados em vários pontos dos rios próximos a Manaus e não sofrem nenhum controle no descarte de resíduos. “No Polo Naval, serão organizados e obedecerão a

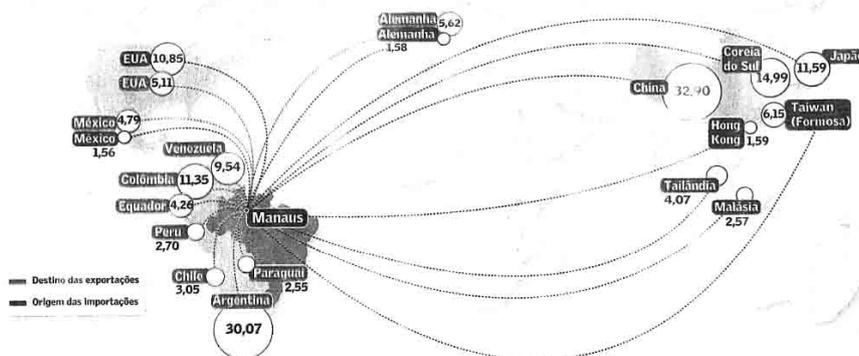
exigências ambientais, além de ter à disposição um trecho de 10,5 km de frente por 3,8 km de fundos, à beira do rio Amazonas, onde a profundidade é de nível oceânico, variando de 30 a 90 metros.”

Para o presidente do Sindicato dos Construtores Navais do Amazonas, Matheus Araújo, o empreendimento será indutor de negócios e deve consolidar-se como uma matriz econômica do porte do PIM, dentro de dez anos. (LM)

### Mudança de perfil ocorre a partir de 1975

#### Vai e vem

Composição das exportações e importações da ZFM - por país, em %



Fonte: Sistema de Indicadores da Suframa, MDIC e Sistema Allice - até dia 2/2011.

#### De Manaus

Um século atrás, Manaus sofria todos os males do declínio do ciclo da borracha. Com 100 mil habitantes e 2,5 mil casas, quase sucumbiu à epidemia da gripe espanhola, que matou cerca de 6 mil pessoas. Vulnerável, durante décadas, só mereceu atenção em 1957, durante o governo Juscelino Kubitschek, quando a Lei 3.173 criou a Zona Franca de Manaus (ZFM). A intenção era geopolítica: pretendia-se povoar e integrar a Amazônia ao cenário nacional. Foram necessários, porém, mais dez anos para que a ZFM ganhasse fôlego.

O grande passo veio com Decreto Lei 288, de 28 de fevereiro de 1967, que regulamentou a lei anterior e definiu a ZFM como "área de livre comércio de importação, exportação e de incentivos fiscais especiais", com o objetivo de criar no interior da Amazônia "um centro industrial, comercial e

agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontram os centros consumidores de seus produtos".

O decreto reformulou o modelo, estabeleceu incentivos fiscais por 30 anos, criou a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para administrar o modelo e demarcou a ZFM à margem esquerda dos rios Negro e Amazonas. Um ano depois, o decreto 356 estendeu parte dos benefícios para a Amazônia Ocidental, (Amazonas, Acre, Rondônia, e Roraima).

Até 1975, a ZFM teve atuação essencialmente comercial. As grandes mudanças começaram em 1975, com a adoção dos Índices Mínimos de Nacionalização, para produtos feitos em Manaus vendidos em outras regiões brasileiras, e de limites máximos globais anuais de importação.

Os anos 90 também serão lem-

brados pela primeira grande crise da ZFM, deflagrada pela abertura comercial e redução do imposto de importação nas demais regiões do país. O comércio perdeu força e o modelo passou por uma série de modificações. A principal delas foi a substituição do Índice Mínimo

de Nacionalização pelo Processo Produtivo Básico (PPB), utilizado até hoje e considerado o grande impulsionador da formação da cadeia produtiva local.

Entre 1997 e 2002, enquanto o mercado brasileiro se adaptava o ao processo de globalização e às

mudanças decorrentes do Plano Real, o Polo Industrial de Manaus passou a desenvolver uma característica mais exportadora, buscando produção com tecnologia e competitividade. Na última década, Suframa e os integrantes do PIM passaram a olhar com mais

atenção a tecnologia, questão hoje considerada tão prioritária quanto a busca de soluções para a precária infraestrutura regional. Há projetos para construção de aeroportos, estradas, estruturas turísticas, projetos pilotos de produção e capacitação de mão de obra. (LM)

### Eletrônicos fortalecem os negócios

**Desenvolvimento** Setor tem 45% da receita e 38% dos empregos

**Marlene Jaggi**  
Para o Valor, de Manaus

Maiores estrelas do universo da Zona Franca de Manaus, o segmento eletroeletrônico é o grande concentrador de negócios da região: contribui com quase 45% do faturamento do Polo Industrial de Manaus (PIM) e com 38% dos empregos da região. No ano passado, isso representou receita de US\$ 18,1 bilhões, 15% superior à de 2010 e um time de quase 46 mil funcionários, 26% a mais do que no ano anterior.

Essa pujança é resultado da força adquirida pelo segmento desde a criação da zona franca. O modelo atraiu os maiores produtores de artigos eletroeletrônicos e de informática no mundo, tais como Samsung, LG, Nokia, Sony, Philips, Whirlpool, o que rendeu ao polo a fama de ser o maior centro de fabricação desses produtos da América do Sul. De lá saíram no ano passado, por exemplo, mais de 10 milhões de televisores de tela LCD e mais de 23 milhões de celulares.

Uma das mais expressivas fabricantes de celulares locais, a Nokia tem em Manaus uma fábrica com dois mil colaboradores, um instituto de tecnologia, um projeto educacional de destaque e vai agora produzir o Lumia 710, um dos primeiros smartphones com o Windows Phone que é pilar importante de sua estratégia para ganhar mais mercado no mundo.

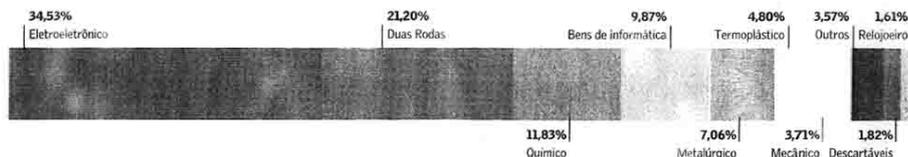
Da fábrica local sai 90% do que a empresa produz no Brasil, país que representa o terceiro maior mercado para o grupo. "Quando decidimos instalar nossa fábrica em Manaus, há 14 anos, sabíamos que, além dos benefícios fiscais, estávamos assumindo todas as responsabilidades que essa decisão envolvia. Tínhamos um enorme desafio pela frente e um compromisso com o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região", diz Almir Luiz Narcizo, presidente da Nokia Brasil.

Segundo os cálculos do gerente de relações governamentais da Nokia, Felipe Cunha, desde sua ins-

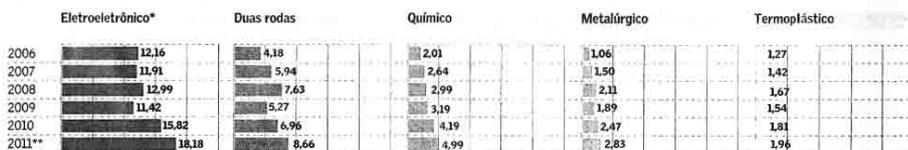
#### Divisão de negócios

Peso dos polos no faturamento da ZFM

##### Participação por segmento



##### Faturamento dos polos - em US\$ bilhões



Fonte: Sistema de Indicadores da Suframa. \*Incluído bens de informática. \*\*Dados parciais

talação, a Nokia investiu na região mais de US\$ 500 milhões. Ele se queixa das dificuldades geradas pela falta de infraestrutura para a compra de insumos, que pesam numa atividade que importa 65% dos componentes. O avanço da cadeia produtiva local, porém, alivia dificuldades e custos. Nas duas pontas (compra do insumo e escoamento da produção), a companhia utiliza o transporte aéreo e disputa com os demais clientes um modal que na região oferece baixa frequência de voos e poucas origens e destinos.

A presença cada vez maior de fornecedores locais deverá reduzir o ainda alto índice médio de importação de insumos (73%). "Mas há casos em que isso é impossível", diz Benjamin Sicst, vice-presidente de negócios da Samsung Eletro-

nics. A indústria de painéis, por exemplo, concentra-se em quatro países por causa dos incentivos.

Com 5.500 colaboradores, a Samsung está no topo do ranking de faturamento do setor no PIM, produzindo metade da receita do grupo no Brasil - US\$ 2 bilhões. É a maior fábrica da empresa fora da Coreia, com 130 mil m<sup>2</sup>. Na unidade, são produzidos televisores, DVDs e Blu-ray players, home theaters, players, mini systems, câmeras digitais, discos rígidos e condicionadores. A unidade também voltou a fabricar celulares, cuja linha tinha sido deslocada para São Paulo em razão de incentivos fiscais. Manaus é ainda sede de um dos três centros de P&D da Samsung e de um dos seus dois centros de distribuição.

Outra antiga integrante do PIM é a Whirlpool Latin America. Atraída pelos incentivos fiscais, a fabricante de eletroeletrônicos foi para Manaus em 1992 para fabricar fornos de micro-ondas e aparelhos de ar condicionado. Vinte anos depois, a Whirlpool tornou-se a primeira empresa a ter projeto aprovado pela Suframa para a produção de máquinas de lavar louças, eletrodoméstico que até agora só chegava aos lares brasileiros por meio de importações. A iniciativa exigiu um investimento de R\$ 277 milhões e em 2011 colocou no mercado 80 mil unidades.

Considerado um dos mais complexos, o Processo Produtivo Básico (PPB) para a lava-louças estabelece 12 etapas mínimas de fabricação a serem cumpridas na ZFM. "A ideia é investir em um produto que

tem um potencial enorme de crescimento", explica Evandro Cavaleiro, gerente geral de manufatura da Whirlpool Latin America.

Com 1.400 colaboradores, a fábrica deverá produzir este ano 2,5 milhões de peças. De acordo com Cavaleiro, isso significa o dobro do que foi fabricado em 2011, ano em que a unidade já quadruplicou sua produção.

Junto com essa arrancada, crescem os negócios dos fornecedores da empresa. Segundo o executivo, 84% dos componentes da lava-louças são nacionais. "Temos 35 empresas parceiras." No caso dos fornos de micro-ondas, a compra dos componentes ainda representa 60% do custo do produto, algo que, na opinião dele, é difícil mudar por causa da concorrência chinesa.

### Linha de motos atrai fornecedores

**Luiz Maciel**

Para o **Valor**, de Manaus

A presença cada vez maior de motocicletas na paisagem urbana brasileira se deve, em larga medida, a um casamento que parecia o mais improvável de todos nos anos 1970: o das montadoras de veículos de duas rodas com a selva amazônica. Apadrinhado pela Suframa, a Superintendência da Zona Franca de Manaus, e abençoado pela isenção ou drástica redução dos principais tributos federais e estaduais, esse casamento é responsável hoje pela produção de 2,14 milhões de motos no Brasil, todas saídas das linhas de montagem de empresas estabelecidas no Polo Industrial de Manaus (PIM).

Deu tão certo que a frota nacional de motocicletas decolou de 4 milhões de unidades em 2000 para 18,1 milhões em 2011, tornando-se a quarta do mundo, atrás da China, Indonésia e Índia. Em 2011, o setor de duas rodas movimentou cerca de US\$ 7,6 bilhões, consolidando-se como o segundo de maior participação no faturamento global do PIM, que foi de US\$ 40,6 bilhões, quase duas vezes o PIB boliviano.

A Honda foi a primeira do setor a se instalar, em 1976, e desde então administra uma folgada dianteira sobre os concorrentes no país

– com 1,65 milhão de motos fabricadas em 2011, é dona de 78% do mercado nacional. Para sustentar essa liderança, a empresa cresceu a ponto de transformar a unidade de Manaus na maior fábrica de motocicletas do mundo, com 11.400 funcionários diretos, 3.600 prestadores de serviço e uma cadeia de fornecedores locais que emprega outros 25.000 trabalhadores. “O índice de nacionalização de nossas motos é superior a 75%, e 45% dos componentes são produzidos pela própria Honda e entre 30% e 35% vêm de parceiros comerciais locais e regionais”, ressalta Mario Okubo, gerente de relações institucionais em Manaus.

Ironicamente, um item ainda não atendido pelos fornecedores que estão na órbita de Manaus são os pneus, cuja matéria-prima foi revelada ao mundo justamente pela Amazônia – eles vêm para a Honda da fábrica da Pirelli, em Gravataí (RS), e levam duas semanas para chegar numa maratona que combina transporte rodoviário com fluvial.

Impulsionada pelo regime especial da Zona Franca, e por um modelo de 125 cilindradas – o CG 125 – que caiu no gosto popular e virou campeão de vendas, a Honda tratou de convencer seus principais fornecedores a também migrar para Manaus, procurando re-

duzir ao máximo o tempo perdido no transporte, que até hoje é o grande desafio das empresas do PIM. A Kostal, fabricante de interruptores de freio e embreagem para motos, é uma que acaba de transferir sua linha de montagem de São Bernardo do Campo (SP) para Manaus. “Com isso vamos evitar um frete desgastante e poderemos atender melhor os nossos clientes”, diz Ângelo Castiglia, diretor industrial da empresa, que vai empregar 200 pessoas.

O sucesso da Honda também atraiu concorrentes, a começar pela tradicional rival Yamaha, que chegou em 1983 e hoje detém 11% do mercado – o restante do bolo é dividido por empresas que finalizam em Manaus a montagem de modelos com a maior parte das peças importadas, como Kasinski, Dafra, Suzuki, Traxx e Kawasaki. Há ainda mais de uma dezena de montadoras de motos com projetos aprovados pela Suframa para se estabelecer na Zona Franca, mas que ainda não o fizeram.

Com investimentos acumulados de US\$ 530 milhões para o desenvolvimento de sua linha 2012, a Honda tem capacidade para produzir 2 milhões de motos por ano, e se prepara para ir além. “O mercado ainda tem potencial para crescer”, afirma Mario Okubo.

A Yamaha, que a partir de julho

terá de aumentar o índice de nacionalização de suas motos, anuncia investimentos de US\$ 100 milhões na melhoria das linhas de produção e no desenvolvimento de produtos. A Kasinski, adquirida em 2009 pela chinesa CR Zongshen, tomou o terceiro lugar no ranking da brasileira Dafra no ano passado, com 58.300 unidades produzidas. Está preparada para fabricar o dobro. E a Dafra, que produz motos populares de origem chinesa, taiwanesa e indiana, e também exemplares sofisticados das cultuadas Harley-Davidson e BMW, vive um momento de retomada depois do baque sofrido pela crise no final de 2008.

Estreando no mercado justamente naquele ano, a Dafra foi obrigada a reduzir a produção de 119.000 motos iniciais para menos da metade, e a cortar 800 dos seus 1.400 postos de trabalho. Ao contrário do setor como um todo, ainda não recuperou o patamar do ano pré-crise e continua empacada na marca de 50.000 motos ao ano – marasmo que quer espantar com o recente lançamento de três novos modelos de baixa cilindrada e preço competitivo. “O que mais nos atrapalha agora é a restrição ao crédito para o consumidor, que aumentou muito nos últimos meses”, queixa-se o diretor industrial José Francisco Lemos.

## Química é uma das áreas mais promissoras

De Manaus

Terceiro setor em faturamento do Polo Industrial de Manaus (PIM), a indústria química tem como carro-chefe a produção de extratos e bebidas não-alcoólicas (as alcoólicas, assim como armas, cigarros e carros de passeio são produtos banidos da Zona Franca de Manaus). A primeira a marcar presença foi a Coca-Cola, justamente a maior produtora mundial de bebida, que prepara em Manaus o extrato de fórmula exclusiva que as mais de 40 fábricas da marca, espalhadas por todo o país, transformam em refrigerante. Parte da produção é exportada para a América do Sul, mas a prioridade é o abastecimento interno, já que o Brasil é o quarto consumidor dessa bebida no mundo, atrás apenas dos EUA, México e China.

Outra fábrica de porte, e ainda mais emblemática por usar um produto local, é a do concentrado do guaraná Antarctica, da Ambev, que segue a mesma estratégia de distribuição para o resto do país, exportando algum excedente para o Japão e Portugal. A matéria-prima vem da Fazenda Santa Helena, em Maués, no Sudeste do Amazonas, perto da divisa com o Pará.

No PIM, o polo químico aparece entre os mais promissores, com oportunidades ligadas aos recursos naturais locais, mas também para negócios ligados à área de produtos para limpeza, filmes e papéis fotográficos e cimento. Outros polos, como o relojoeiro, mostram trajetórias diferentes.

O polo relojoeiro já foi um dos grandes redutos de negócios do Polo Industrial de Manaus. Hoje, contribui com modestos 1,61% para seu faturamento, mas dá mostras de uma retomada importante. Até novembro, o setor investiu US\$ 104,5 milhões, o que representa mais do que a soma dos aportes realizados em 2009 e 2010 (US\$ 44,8 milhões e US\$ 53,7 milhões, respectivamente).

O avanço também aparece no volume de produção, que saltou de 5,4 milhões de unidades de pulso e de bolso entre janeiro e novembro de 2009 para 8,2 milhões no mesmo período de 2010 e para 11,2 milhões em 2011, ano em que

o faturamento foi de US\$ 613 milhões, 21% superior ao de 2010. Desempenho semelhante pode ser observado na geração de emprego: com 1.372 colaboradores em 2006, fechou o ano com 2.425, 34,5% a mais do que em 2010. O que não mudou foram os índices de nacionalização e regionalização do componentes. No ano passado, 94,71% dos insumos do setor foram comprados no exterior.

Nelson Azevedo, presidente do Sindicato das Indústrias de Relojoaria e Ourivesaria de Manaus, atribui essa retomada à ascensão das classes com maior poder de compra. "Apesar da concorrência dos importados, nossos custos são menores e cabem no orçamento dos brasileiros", diz. Fontes do setor acreditam que 40 a 45% dos relógios comprados no Brasil são montados em Manaus. O restante é importado, ou contrabando e pirataria, explica Azevedo.

Entre os nove fabricantes do polo relojoeiro de Manaus estão empresas como a Orient, Technos e Dumont, que trabalham com um índice de importação superior a 90%. A mais nova fábrica da região é a da rede de franquias Touch Watches, que investiu R\$ 10 milhões para produzir parte de seu mix em Manaus.

Longe do distrito industrial, que concentra os grandes fabricantes de eletroeletrônicos, outro polo com vocação completamente diversa também experimenta uma reação. É o distrito agropecuário, que abriga na zona rural de Manaus e no município de Rio Preto da Eva cerca de 400 empreendimentos, a maioria voltada à agricultura familiar. A despeito de ter sido um dos grandes objetivos na criação da ZFM, o polo não decolou: gera cerca de 1.200 empregos e faturou em 2010 em torno de R\$ 18,4 milhões – valor parecido ao estimado para 2011.

Embora baixa em relação aos bilhões dólares movimentados no distrito industrial, a receita é três vezes maior do que a de 2007 (R\$ 6 milhões). As atividades agrícolas que mais faturam são a fruticultura, citricultura, horticultura, beneficiamento de madeira e piscicultura. (MJ)

### Elefante branco da floresta tenta conseguir atenção

**Inovação** Investimento de R\$ 91 milhões feito em 2002 não passou, até agora, da fase de implantação

**Mariene Jaggi**  
Para o Valor, de Manaus

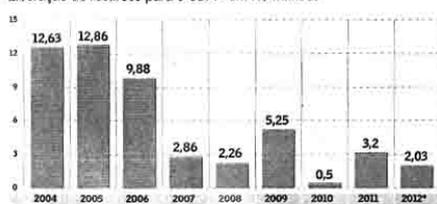
Comum na Amazônia, a copaíba é um exemplo do imenso potencial da biodiversidade local que poderia, mas não vem sendo explorado. Cascas e óleo da árvore são bastante utilizados pela medicina popular, por sua eficácia no tratamento de inflamações, mas até agora o país não conseguiu agregar valor à sua utilização. Entre 1999 e 2009, o Brasil era o país com mais publicações sobre copaíba (76), mas sequer aparecia na lista dos que depositaram patentes sobre o insumo. No mesmo período, os EUA tinham registro de 17 patentes.

Essa contradição é um dos muitos argumentos utilizados pelos cientistas e pesquisadores do Centro de Biotecnologia do Amazonas (CBA) para atrair olhares para o quadro da instituição, cuja missão é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, por meio da inovação tecnológica.

Com 12 mil m<sup>2</sup> de construção, 25 laboratórios bem equipados e uma qualificada equipe de cientistas e pesquisadores, o prédio é, há dez anos, o "elefante branco" da floresta. Sem definição de um modelo de gestão, o investimento de R\$ 91 milhões feito em 2002 não

#### Marcha lenta

Liberação de recursos para o CBA - em R\$ milhões



Fonte: Centro de Biotecnologia do Amazonas (CBA). \* R\$ milhões, corrigidos

passou, até agora, de sua fase de implantação. "Não conseguimos sequer emitir um cheque porque não temos CNPJ", diz João Augusto da Silva Cabral, coordenador da área de produtos naturais do CBA e responsável por quatro laboratórios criados para estudar espécies vegetais de interesse econômico.

Cabral é um dos 70 cientistas dos laboratórios que resistem, trabalhando como bolsista no CBA. Segundo ele, embora engessada, a instituição está preparada para coletar e receber amostras da biodiversidade, preparar, produzir, analisar e testá-las mediante demanda dos setores bioindustrial, agroindustrial, farmacêutico e cosmético. Mas não consegue avançar por falta de definição do modus oper-

rando e por depender de fluxos irregulares de recursos.

O secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Alessandro Teixeira, assegura que a situação do CBA vai mudar. "Temos orientação expressa da presidenta Dilma para dar prioridade ao centro, que é vital para potencializar novos polos na região", diz. De fato, a instituição foi criada para atuar em áreas pouco exploradas na Zona Franca de Manaus: cosméticos, bioterápicos (uso humano e animal), alimentos funcionais e nutracêuticos, energias alternativas e novos materiais, em parceria com os governos federal e estadual, institutos de pesquisa, universidades e empresas.



João Augusto Cabral, coordenador da área de produtos naturais do CBA: "Não conseguimos sequer emitir cheque"

Atualmente, o CBA administra alguns projetos em parceria com empresas, estuda a utilização de insumos naturais e identifica oportunidades de utilização em produtos finais, como "Derris, Ryania e Quassia" na produção de inseticidas naturais, e de frutos com funções especiais (fenóis, polifenóis, probiótico) na fabricação de alimentos naturais. "Poderíamos fazer muito mais e mais rápido", diz Maria Luiza Ricart, coordenadora do núcleo de produção de extratos, das unidades pré-pilotos, que simulam a manipulação de cosméticos, medicamentos e alimentos funcionais, e da planta de processos industriais. Uma das áreas do CBA que vem

conseguindo responder à demanda interna e externa é a Central Analítica, formada por laboratórios de química analítica, espectroscopia, ressonância magnética, preparação de amostras e proteínas. As unidades realizaram no ano passado 1.452 análises, um número expressivo, mas que vem caindo desde 2008, ano em que o número de análises passou de 2.000, informa o coordenador da área, Massayoshi Yoshida.

Os integrantes do comitê interministerial responsável pela definição do modelo de gestão já foram designados, mas até agora o modelo não foi definido. A mais recente conquista do CBA, em 2011, foi a autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Ge-

nético de acesso ao patrimônio genético da Amazônia "com a finalidade de constituir e integrar coleção que visa a atividades com potencial de uso econômico, como a bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico."

Enquanto essa estrutura não decola, projetos de empresas de TI ganham espaço. É o caso do Instituto Nokia de Tecnologia (INT), situado ao lado da fábrica da Nokia, em Manaus. Cerca de 300 pessoas trabalham no INT para desenvolver aplicações de serviços em telefonia móvel no Brasil. "O foco foi na área de pesquisa em mecânica", conta André Erthal, diretor técnico do INT. O instituto também se destaca no desenvolvimento de aplicativos para celulares.

## Municípios enfrentam o isolamento

**Marlene Jaggi**  
Para o Valor, de Manaus

De hora em hora uma voadeira deixa o porto do Ceasa, em Manaus, rumo a Careiro da Várzea. Único meio de transporte entre os dois municípios da região metropolitana da capital do Amazonas, vai e volta lotada de moradores que vivem do outro lado do rio. Cerca de 30 minutos depois de "voar" sobre o rio Negro e cruzar o Encontro das Águas, a embarcação chega ao porto de Careiro, às margens do rio Solimões. Apesar da curta distância, o que se vê é um retrato da Amazônia profunda, majestosa, mas carente de infraestrutura básica. Além de transporte, faltam tratamento de água, rede de esgoto, coleta de resíduos e uma rede de comunicação.

Como a maior parte dos municípios amazônicos, Careiro da Várzea também é vulnerável à ação das águas: 95% de seus 2.631,128 km<sup>2</sup> são compostos por várzea, e somente os 5% de terra firme escapam das inundações, habituais entre novembro e junho. Nem mesmo a pequena Vila do Careiro, erguida à beira

rio, em área mais elevada, resiste à invasão das águas. Por isso, a maioria das casas do município de 23.963 habitantes (dos quais apenas mil vivem em área urbana) foi construída em madeira sobre uma base elevada do solo.

Careiro da Várzea é um dos oito municípios da Região Metropolitana de Manaus (RMM), que deverá oferecer a investidores os mesmos benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM).

É também exemplo claro das enormes diferenças físicas, econômicas e sociais existentes entre os municípios da região, que afastam empresas como as que se estabeleceram no Polo Industrial de Manaus e lá movimentam bilhões de dólares.

As atividades econômicas de Careiro da Várzea, porém, indicam que o município pode responder bem aos objetivos elencados pelo governo para explicar a extensão dos benefícios fiscais aos demais municípios da RMM: descentralizar a Zona Franca e diversificar as atividades econômicas regionais. Com um rebanho superior a 60 mil cabeças, o terceiro do Estado, Careiro da Várzea tem sua economia centrada

na pecuária leiteira, sustentada por produtores que vendem leite, queijo e manteiga diretamente à população local e de Manaus e também à pequena Cooperativa Laticínio da Várzea.

Tudo floresce, é claro, fora da época das cheias. Nessa ocasião, o gado precisa ser confinado em marombas (bases sobre toras de madeira que flutuam) ou então deslocado para terras mais altas dos municípios vizinhos, e a produção de queijo despensa. "Há contratempos geográficos, climáticos, operacionais, governamentais, produtivos e logísticos, mas o município e a cooperativa têm potencial de crescimento sustentável, que poderá se transformar em desenvolvimento", resume o professor Evandro Brandão Barbosa, assessor técnico da Suframa e organizador do livro "Socioeconomia do Careiro da Várzea nas Águas da Região Metropolitana de Manaus" — um estudo conduzido por alunos dos cursos superiores tecnológicos do Centro Universitário Lutero de Manaus.

"Há também espaço para a produção de hortaliças, culturas agrícolas de ciclo curto, como a

do milho, frutas regionais e o desenvolvimento da piscicultura", acrescenta Ofir Hage, gerente da unidade local do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam).

O desafio, concordam Barbosa e Hage, são as cheias, época em que os empreendimentos agroindustriais que consideram viáveis em Careiro estarão à mercê da ação da natureza. "O Polo Industrial de Manaus também nasceu modesto, num pequeno galpão improvisado no meio da floresta, em 1967, e hoje é responsável pela quase totalidade do PIB do Estado", argumenta o presidente da Suframa, Thomaz Nogueira.

Segundo ele, a expansão dos benefícios fiscais para os demais municípios terá resultados a longo prazo. "Antes da Zona Franca, Manaus tinha 254 mil habitantes e hoje, 1,8 milhão", compara a coordenadora-geral de estudos econômicos e empresariais da Suframa, Ana Maria Souza, diante de uma vasta lista de avanços sociais e econômicos em todas as áreas, em Manaus e no Estado, nos 45 anos de Zona Franca.

Como Careiro da Várzea, os demais municípios da RMM têm uma população enxuta. Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva abrigam, respectivamente, 27 mil e 25 mil habitantes. Novo Airão é ainda menor, com 14 mil. Itacoatiara e Manacapuru são os maiores, com 86 mil e 85 mil habitantes. Os outros cinco municípios (Manaquiri, Itapiranga, Autazes, Silves e Careiro Castanho) agregados à RMM no ano passado exibem contingentes que variam de 10 mil e 40 mil moradores.

Nesses municípios, o anúncio da presidente Dilma Rousseff, em outubro, de assinatura de uma proposta de emenda à constituição (PEC), que prorroga a vigência da ZFM até 2073 e estende os benefícios fiscais para a RMM, é motivo de constantes discussões. Há esperança e descrença. É consenso, porém, que nada acontecerá sem investimentos pesados em infraestrutura, o grande desafio da região. E ideias para desatar esse nó não faltam.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável Integrado da Região Metropolitana de Manaus, apresentado pelo governo estadual

no fim de 2010, reúne uma série de propostas de ações necessárias para impulsionar as vocações econômicas de cada município.

Para Careiro da Várzea uma das sugestões é transferir os núcleos urbanos situados em regiões de várzea para terras firmes do município. Com a requalificação urbana, o plano sugere o desenvolvimento de um polo frigorífico para o beneficiamento de carne de gado e de peixe e industrialização de leite para agregar valor e competitividade à produção local. Além disso, recomenda a capacitação de mão de obra e a criação de um terminal de abastecimento e distribuição e de outro para passageiros.

Para Manacapuru, o plano propõe um polo pesqueiro e para Itacoatiara, já conhecida pelo seu porto graneleiro, a criação de um polo moveleiro.

As vocações dos demais municípios seriam o ponto de partida para o desenvolvimento de atividades como exploração de minério em Presidente Figueiredo; do turismo e da indústria naval em Novo Airão e Manaus e a produção de tijolos, blocos e telhas em Iranduba.

### Nova ponte e benefícios fiscais devem agitar a pequena Iranduba

De Manaus

Depois de vencer os 3,5 quilômetros da Ponte Rio Negro, que liga Manaus a Iranduba, é preciso percorrer outros 20 para chegar ao centro de Iranduba. As chaminés características do município, no entanto, aparecem logo depois da ponte, e podem ser vistas até a vizinha Manacapuru.

Nos dois municípios, integrantes da Região Metropolitana de Manaus (RMM), funcionam 32 empresas produtoras de cerâmica. Juntas, empregam cerca de 10 mil pessoas e produzem ao redor de 20 milhões de peças (telhas, tijolos e blocos) por mês, que abastecem a cidade de Manaus. A maioria (20) dessas indústrias está sediada em Iranduba, cidade que já mudou com a inauguração da ponte, no ano passado, e deve passar por muitas outras transformações com a extensão dos benefícios fiscais para todos os municípios da Região Metropolitana de Manaus.

Segundo Hyrlene Batalha Ferreira, presidente do Sindicato da Indústria de Olaria do Estado do Amazonas, as indústrias de cerâmica, que estão há mais de 40 anos na região, cresceram e se modernizaram na última década. "Mas ainda há muito espaço para aumentar e diversificar a produção, acrescentando ao mix produtos mais nobres, da cerâmica branca", exemplifica a empresária, que também comanda a Cerâmica Rio Solimões instalada há 12 anos em Cacau Pirêra, vila do município de Iranduba.

Para produzir mais e com sustentabilidade, porém, as empresas têm de vencer os problemas ambientais gerados pela escassez de material de queima – a madeira certificada.

Uma solução seria o gás que já chega ao distrito industrial de Manaus, pelo gasoduto que começa em Coari. "Trata-se porém de um investimento pesado, que não atrai a iniciativa privada e depende do aval do governo es-

tadual", afirma Hyrlene Ferreira.

Além do impasse quanto ao insumo para a queima das peças de cerâmica, Iranduba anda às voltas com uma questão econômica: verificar até que ponto a extensão dos benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus para o município é vantajosa. "Já temos isenção de 17% no ICMS, que perderemos com a adoção do modelo fiscal da ZFM", explica a executiva. Ela avalia junto a outros representantes do setor de que maneira as empresas seriam beneficiadas com as isenções fiscais.

O que não causa nenhuma dúvida é o avanço logístico no escoamento da produção do polo obtido após a inauguração da ponte. Quando o transporte era feito por balsa, os clientes não conseguiam mandar mais do que um caminhão por dia para retirar as peças. Hoje, enviam o quanto precisam, já que a travessia do rio pela ponte leva poucos minutos.

A mesma ponte facilita o

transporte para as empresas. Porém, provoca outro fenômeno considerado negativo pela população: a corrida imobiliária. "O município já tem canteiros de obras de condomínios, mas não recebeu nenhum investimento de infraestrutura depois da inauguração da ponte", diz Hyrlene.

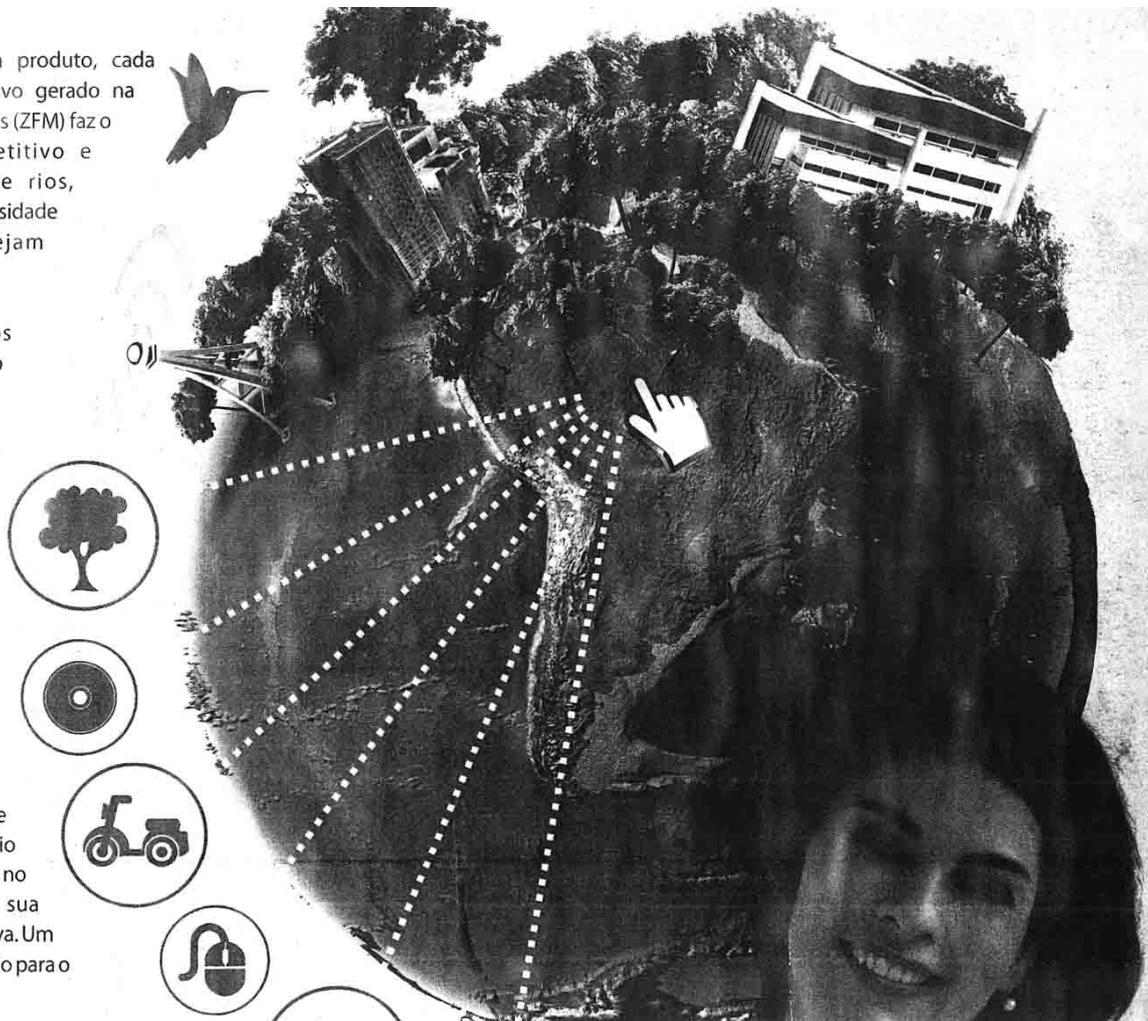
Segundo a representante do sindicato, a cidade sofre com a falta de rede de esgoto, só tem poços artesianos e uma estrutura precária de comunicações.

Com 2.215 km<sup>2</sup> e 40.735 habitantes, Iranduba já era em 2010 o 11<sup>o</sup> município mais populoso do Estado. Com a ponte e a perspectiva de passar a oferecer os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus, deverá crescer ainda mais, impulsionado pelo interesse das empresas, da população interessada em sair da concentração urbana de Manaus e dos turistas em visita aos hotéis de selva e sítios arqueológicos – outra marca registrada da cidade. (MJ)

### Zona Franca de Manaus. Tecnologia, desenvolvimento, sustentabilidade.

Há 45 anos cada produto, cada emprego, cada centavo gerado na Zona Franca de Manaus (ZFM) faz o Brasil mais competitivo e contribui para que rios, florestas e a biodiversidade da Amazônia estejam protegidos.

A qualidade dos produtos do Polo Industrial de Manaus (PIM), base de sustentação do modelo ZFM, está presente hoje na vida de milhões de brasileiros. Sua indústria moderna é responsável pela preservação da maior floresta tropical do planeta, ao oferecer uma alternativa econômica que não explora de forma predatória o meio ambiente, mantendo no Amazonas 98% de sua cobertura vegetal nativa. Um benefício extraordinário para o Brasil e para o mundo.



## Zona Franca de Manaus. Tecnologia, desenvolvimento, sustentabilidade. (continuação)

Com abrangência sobre uma área formada pelos estados do Acre, Roraima, Rondônia, Amapá e Amazonas, o modelo ZFM é uma matriz econômica e social que leva oportunidades de emprego, renda e melhoria da qualidade de vida para milhões de brasileiros que vivem em uma região correspondente a mais de 25% do território nacional. Além disso, o modelo ZFM possibilita investimentos em áreas estratégicas a partir de recursos arrecadados junto às empresas do PIM. Outro benefício é o volume de tributação gerado pela ZFM, que representa hoje mais de 50% dos impostos federais arrecadados na Região Norte.

A Zona Franca de Manaus comemora os seus 45 anos com a geração em 2011 de mais de meio milhão de empregos diretos e indiretos e faturamento de 68 bilhões de reais no Polo Industrial de Manaus. Resultados que demonstram sua relevante participação no fortalecimento da indústria nacional e na produção de riquezas em nosso país.

O Governo Federal trabalha para fortalecer este grande polo de desenvolvimento brasileiro, com a certeza de sua importância para o presente e futuro de nosso país e para todo o planeta.



Ministério do  
Desenvolvimento, Indústria  
e Comércio Exterior

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

**TÔ NESSA!**

eu curto preservar  
[www.facebook.com/suframa](http://www.facebook.com/suframa)